

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

1 TRANSCRIÇÃO DA ATA DA 2ª  
2 REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA  
3 DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL,  
4 REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO  
5 DE 2021.

6 Às 14h05min, inicia-se a segunda reunião ordinária da Câmara de Compensação  
7 Ambiental, com a palavra da Sra. Letícia Salomão. A Sra. Letícia Salomão:- Boa tarde a  
8 todos. Vamos dar início à nossa segunda reunião ordinária da Câmara de Compensação  
9 Ambiental, lembrando que esta reunião está sendo gravada e posteriormente será  
10 degorada pra fazer a Ata. Então, conforme o regimento, a gente vai, vou fazer a  
11 verificação do quórum. No caso tanto a Danielle Tortato como a Dani Prim, como elas  
12 não estão nomeadas por portaria, elas só vão poder participar como ouvintes. Já  
13 conversamos aqui antes, com a Schirle, esta semana vamos mandar para os respectivos  
14 diretores, porque o Bruno não está mais na Diretoria, pra gente colocar bem certo quem  
15 vai participar das reuniões, porque o nosso número de componente é pequeno e a gente  
16 precisa ter quórum. Então, estou vendo que está tá a Ana Paula, tá o Altamir, o Fadel e  
17 eu. Então, segundo o Art. 9º do regimento, já temos metade mais um, a gente pode dar  
18 início à nossa reunião. Então, conforme o regimento, agora vou ler a Ata pra gente aprovar  
19 a Ata da reunião anterior. (Lê: Aos trinta dias do mês de outubro de 2020, as quinze horas  
20 e cinco minutos, a Coordenadora da Câmara de Compensação Ambiental, Letícia  
21 Salomão, inicia a reunião, pedindo desculpas pelo atraso da reunião remota, devido à  
22 problemas técnicos da transmissão em Rede, a qual iniciou às 14h04min e teve que ser  
23 adiada para às quinze horas. Cumprimenta os integrantes da Câmara e comunica que a  
24 presente reunião tem por pauta: Deliberar e aprovar o Regimento Interno e Apresentação  
25 dos Planos de Aplicação que precisam de alteração. De pronto, verifica o quórum e  
26 menciona a presença de Fernanda Nadal, que substituirá o representante da Diretoria de  
27 Saneamento e Recursos Hídricos, Bruno Tonel Otsuka. Dá início a apresentação do  
28 Regimento Interno, o qual teve a sugestão de alteração de conteúdo pela Dra. Ana Paula  
29 e na oportunidade foi apreciado e aprovado pelos presentes na reunião remota, passando  
30 a ter a seguinte redação final, a saber: CAPÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO E  
31 FUNCIONAMENTO, Art.9º, I – Verificação de quórum, sendo considerado a metade

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

32 mais um, integrantes da Câmara; II – Verificação e Validação da presença; VI, § - 2º-  
33 Retirada por inteiro do enunciado, permanecendo os demais parágrafos; Nos Art.11 - §  
34 2º – As reuniões registradas em áudio e/ ou vídeo e transcritas em forma de ata definitiva  
35 terão as folhas numeradas sequencialmente, rubricadas e assinadas física ou digitalmente,  
36 pelos participantes da reunião e ficarão arquivadas junto à Secretaria Executiva.  
37 Importante registrar que naquele momento de apreciação do Regimento Interno, Fernanda  
38 Nadal, se eximiu de votar pois não tinha sido oficialmente indicada pela Diretoria. No  
39 tocante a pauta de Apresentação dos Planos de Aplicação que precisam de alteração,  
40 Letícia menciona que com a instituição da Divisão de Medidas Compensatórias foi  
41 possível rever todos os instrumentos técnicos estabelecidos para apresentar o cálculo da  
42 metodologia dos impactos advindos do licenciamento ambiental de empreendimentos de  
43 grande porte, bem como o Termo de Compromisso, o Plano de Aplicação da Medida  
44 Compensatória. Dando, pois, condições de desoneração das contas e a devida aplicação  
45 das Medidas Compensatória de anos anteriores, em torno de trinta milhões. Este é um  
46 recurso acumulado por cinco anos. Menciona ainda, que o Diagnóstico das Unidades de  
47 Conservação, recentemente elaborado, foi o instrumento que possibilitou a realização do  
48 Plano de Aplicação dos recursos mencionados na reunião. Na oportunidade a  
49 coordenadora Letícia menciona que as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas  
50 serão revistas e apresentadas na próxima reunião. Na sequência a Dra. Ana Paula  
51 considera importante ser elaborado um calendário de Reuniões Ordinárias e  
52 Extraordinárias. Nada mais tendo a tratar, a Coordenadora Letícia encerrou a reunião  
53 remota e eu, Schirle Margaret dos Reis Branco, lavrei a presente Ata, que depois de  
54 aprovada, será assinada digitalmente pelos membros presentes, por meio do eProtocolo  
55 aberto para o registro de todas as reuniões e demais atos da Câmara de Compensação  
56 Ambiental.) Bom, então, essa é a Ata. Vou mencionar também que no Protocolo  
57 17.027.676-0 estão todos os documentos da Câmara de Compensação Ambiental, tanto o  
58 Regimento Interno como as Atas. Posso considerar aprovada a Ata? Alguém quer se  
59 manifestar? (Pausa). Bom, então a Ata está APROVADA. E agora a gente vai dar início  
60 à nossa reunião de hoje. Primeiramente falar em relação ao que a Ana Paula apontou em  
61 relação aos calendários. Então, já está registrado que a nossa próxima reunião vai ser dia  
62 14 de outubro, na mesma hora, mas aí vai ser feito um comunicado e antes já vai sair a

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

63 portaria com os novos membros. Então, agora eu passo a palavra à Polyana, que é a nossa  
64 Chefe de Divisão de Medidas Compensatórias e Uso Público, em que ela vai explicar  
65 todos os planos de aplicação anteriores, estes que, resolvemos desonerar com as questões  
66 que ela vai apresentar. Pode falar, Poly. A Sra. Polyana Silva Pereira:- Bom, pessoal, boa  
67 tarde a todos. A gente fez uma apresentação um pouco mais explicativa nesta segunda  
68 reunião, objetivando esclarecer pra vocês o dinheiro que tem na conta, que trata-se de  
69 trinta milhões com os planos de aplicação que não foram executados na época que  
70 deveriam, certo? Então, a gente explicou um por um, quais são os objetos e quais  
71 perderam os objetos e quais seriam as propostas da divisão em conjunto com a gerência  
72 e diretoria pra nova destinação desses recursos. Num primeiro momento eu coloquei ali  
73 a legislação, as que foram alteradas. Antes era a Resolução Conjunta Sema 001/10 que  
74 instituía a metodologia. Ela foi revogada e passa a valer agora a Portaria do IAT 20/2021,  
75 onde, na nossa portaria de metodologia, ela alterou só o índice de impacto, antes era cinco  
76 e agora é dez. Então, agora a gente vai conseguir receber um pouco a mais. A gente estava  
77 defasados dos demais estados, então corrigimos os índices com base nos demais estados  
78 para adaptar na lei federal. A Resolução Conjunta SEDEST n.º 19/2019 que instalava a  
79 Câmara Técnica de Compensação Ambiental, que foi revogada, e agora passa a vigorar a  
80 Portaria IAT n.º 250/2020 que instalou a nova Câmara de Compensação Ambiental, que  
81 no caso são vocês, e o nosso regulamento interno, que foi do dia 09 de novembro de 2020,  
82 que estabelece as atribuições da Câmara. Bom, todos esses documentos estão disponíveis  
83 no site do IAP, na parte de compensação ambiental, foi uma das coisas que o Tribunal de  
84 Contas questionou para que a gente desse um pouco mais de transparência e publicidade  
85 a todos os atos. Então, tanto as portarias que foram revogadas quanto as vigentes, estão  
86 no site do IAP. Bom, na nossa primeira reunião, desde a nossa primeira reunião, mudaram  
87 os componentes que integram a Câmara. Sou eu, como Chefe de Divisão, a Aline que é  
88 Engenheira Ambiental/Residente Técnica, o Denner que é Engenheiro de  
89 Energia/Residente Técnico e o Jonar que é Engenheiro Ambiental/Bolsista. O nosso  
90 grupo de trabalho que é de cálculo, então quem está auxiliando toda a parte do cálculo,  
91 das novas compensatórias no caso, são a Juliana - PSS, a Nara também PSS e a Roseli  
92 também PSS. Junta-se os seis componentes, forma esse grupo de trabalho, discutindo  
93 todas as... (não conclui o raciocínio), ponto a ponto da metodologia pra gente chegar nos



## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

94 novos valores. Então, os residentes são validados pela Juliana, a Nara e a Roseli. Quais  
95 as competências da divisão de compensação ambiental? Então, a gente recebe, instrui e  
96 encaminha todos os processos de compensação ambiental; elabora os termos de  
97 compromisso e os planos de aplicação; avalia periodicamente a metodologia e os  
98 procedimentos de cálculo; implanta e coordena o uso público e turismo nas unidades;  
99 promove o uso público e turismo; e fiscaliza e monitora a execução dos contratos  
100 advindos dos modelos de gestão. Então, vocês podem ver que tanto a parte de  
101 compensação quanto a de uso público aí. E a competência da Câmara de Compensação  
102 Ambiental que hoje é composta pela Letícia, o Altamir, antes era o Bruno que  
103 representava a Diretoria de Saneamento, mas agora a gente vai rever, o Carlos Roberto  
104 Pinto, a Ana Paula e o Fadel que possuem as atribuições de aprovar os cálculos da  
105 metodologia de gradação de impacto ambiental; aprovar o termo de compromisso e o  
106 plano de aplicação; e avaliar e aprovar o planejamento anual de execução e o plano  
107 operativo anual. Esclarecendo que o planejamento anual de execução e o plano operativo  
108 anual, nós colocamos nessa portaria com o objetivo, visando futuramente, criar o Fundo  
109 de Compensação Ambiental que ele prevê que a gente faça esse planejamento e esse plano  
110 operativo, porém que no presente momento ainda não está em execução. O que nós  
111 fizemos para avançar com os instrumentos da Câmara? Nós reinstalamos a Câmara;  
112 aprovamos o Regimento Interno; reestruturamos o fluxo de processos; elaboramos uma  
113 instrução técnica, que é 07, com o passo a passo, nós já também está disponibilizado no  
114 site para quem quiser dar uma olhadinha; alteramos os percentuais da metodologia de  
115 cálculo; fizemos toda a prestação de esclarecimentos ao Ministério Público e ao Tribunal  
116 de Contas; fizemos um plano de ação, considerando que fomos notificados pelo Tribunal  
117 de Contas, através de uma fiscalização das medidas compensatórias antigas - então nós  
118 fizemos um plano de ação que está em execução - ; atualizamos o site; e fizemos um  
119 levantamento das demandas das unidades de conservação para destinar os recursos em  
120 conjunto com a divisão das unidades de conservação. Bom, aqui eu coloquei um  
121 fluxograma para vocês, que é o fluxograma que está inclusive na instrução técnica, que  
122 ele explica ali como é feito passo a passo. Então, primeiro, o empreendedor entra em  
123 contato com a DCA para a solicitação do cálculo, presta esclarecimento sobre os  
124 procedimentos, ou seja, nós explicamos para ele, enviamos a instrução técnica com todos

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

125 os documentos para eles mandarem pra gente. Os integrantes da DCA, juntamente com  
126 um grupo de trabalho, elaboram o cálculo e encaminha para o representante do  
127 empreendimento, abrimos prazo de cinco dias para contestação. Então, após o cálculo, o  
128 empreendedor pode contestar, desde que seja fundamentado e dentro deste prazo, para  
129 que volte pra gente pra ou aprovação ou uma possível revisão. O DCA... (não conclui a  
130 frase). O termo de compromisso e o plano de aplicação são elaborados pelo DCA e pelo  
131 DUC, através da GEAP/DIPAN. São todas levadas em conta a demanda das unidades de  
132 conservação com base no diagnóstico elaborado pela Divisão da Unidade de  
133 Conservação. O que foi esse diagnóstico, né? É importante dar uma prévia para vocês.  
134 Foi realizado o diagnóstico das unidades, de todas as unidades, visando objetivar e  
135 esclarecer o que cada unidade realmente precisa. Então, hoje a gente consegue ter uma  
136 prévia pra onde destinar o recurso, coisa que a gente não conseguia fazer. Lógico,  
137 seguindo todas as ordens de prioridades de bacia da unidade, tudo certinho, mas nós  
138 conseguimos fazer um levantamento mais específico. As tratativas dos processos serão  
139 apresentadas na reunião da Câmara para deliberação e, após a deliberação, o processo  
140 seguirá pra aplicação nas formas direta e indireta, onde, da forma direta, o requerente  
141 compra os objetos, compra o contrato de serviço e na indireta ele deposita o valor pra  
142 gente. Cabe ao Instituto Água e Terra e à Diretoria executar o recurso que foi depositado,  
143 seguindo o plano de aplicação. Aqui eu coloquei pra vocês os apontamentos que o  
144 Tribunal de Contas fez, que foram três: arrecadação não realizada de receitas advinhas -  
145 ou seja, a primeira coisa que questionaram é por que nós não estamos arrecadando  
146 recursos desde 2017, foi o primeiro apontamento do Tribunal falando que nós estávamos  
147 deixando de receber mais de cento e sessenta processos, ou seja, temos renúncia de  
148 receita; ausência de publicidade dos atos relativos à aplicação dos recursos - ou seja, para  
149 eles faltava a gente mostrar onde que a gente estava destinando recurso, faltava passar  
150 pelo Conselho do Meio Ambiente, que eles também não estavam votando, não estavam  
151 ficando cientes da destinação dos recursos e muito menos o site. Então, corrigimos a  
152 maioria dos apontamentos; e ausência da utilização dos recursos adivinhos de medidas  
153 compensatórias - essa ausência da utilização são os processos antigos. Ou seja, claro,  
154 muitos deles perderam objeto de aplicação, considerando que tem plano de aplicação de  
155 2006, então são muitos antigos, mas permaneceu o dinheiro em conta, porém, até o



## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

156 presente momento, o dinheiro está lá, não foi gasto, o que também gera a nossa renúncia,  
157 o nosso desvio de finalidade, na realidade, que a gente não estava utilizando. Então, foram  
158 esses pontos que foram apontados pelo Tribunal de Contas que nós fizemos o plano de  
159 ação. Os três pontos já estão sendo atendidos: a arrecadação a gente já está fazendo os  
160 cálculos, já temos vários cálculos prontos e encaminhados ao empreendedor; a  
161 publicidade nós já começamos com o site, porém pra apresentar para o Conselho são só  
162 os novos planos de aplicação que ainda a gente vai tratar provavelmente na próxima  
163 reunião; e a ausência da utilização dos recursos que a gente vai apresentar pra vocês hoje  
164 qual foi a conclusão. No plano de ação foi estimado pro Tribunal de Contas que nós  
165 faríamos dois a três passos por semana, que dentro de um ano todos os nossos cálculos  
166 que estavam pendentes seriam finalizados, né. Nós estamos superando um pouco essa...  
167 (não conclui a frase). Nós estamos entre a média e a máxima, de dois a três cálculos, então  
168 está tudo certinho. Foi uma das coisas que eles questionaram a gente na semana passada  
169 pelo eProtocolo, nós explicando que estamos seguindo todos os apontamentos que foram  
170 por eles destinados, apresentamos também a reunião que seria hoje, eles já pediram  
171 também a Ata da reunião. Então, é muito importante, a reunião está sendo gravada e  
172 posteriormente degravada. Então, estamos tentando seguir toda essa parte de publicidade  
173 e transparência. Então, a estimativa até hoje, até agora, que a gente arrecade, com os  
174 cálculos que já foram realizados até o dia 9 de setembro, vinte e um milhões, duzentos e  
175 cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais. Então, até hoje, nós temos  
176 calculado esse valor pra entrar em conta, fora aqueles cinquenta e sete processos, que a  
177 gente apresentou para vocês, e o valor atualizado que já está arrecadado e está na conta,  
178 antes eram trinta milhões e agora trinta e dois milhões, porque correm juros e vai  
179 correndo, conforme a gente não gasta, o valor acaba sendo atualizado. Bom, é muito  
180 importante, antes da gente apresentar pra vocês os novos cálculos, que nós seguimos o  
181 decreto que regulamenta o SNUC que determina que deve obedecer a ordem de  
182 prioridade, sendo: a regularização fundiária; a elaboração, revisão ou implantação de  
183 plano de manejo; aquisição de bens e serviços; desenvolvimento de estudos necessários  
184 à criação de novas unidades; e desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo  
185 da unidade de conservação. Então, nós seguimos na nossa análise todos esses critérios,  
186 essa ordem de prioridade, além dessa questão da bacia, que também deve ser observada



## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

187 pela Resolução do CONAMA 371/2006 que ela fala que, existindo uma ou mais unidades  
188 de conservação ou zonas de amortecimento afetadas diretamente pelo empreendimento  
189 ou atividade a ser licenciada, independentemente do grupo a que pertençam, deverão estas  
190 ser beneficiárias com recursos da compensação. No caso, né, não se aplica ao Art. 9º - II,  
191 se inexistindo unidade de conservação ou zona de amortecimento, parte dos recursos  
192 oriundos da compensação ambiental deverá ser destinada à criação, implantação ou  
193 manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral localizada  
194 preferencialmente no mesmo bioma e na mesma bacia. Então, no nosso caso analisamos  
195 tudo isso quando tivemos que propor essa nova aplicação, além de que, caso não atenda  
196 nem o Inciso I e II, a gente pode usar ainda pra uma nova, pra criação, implantação ou  
197 manutenção de outras unidades de conservação de proteção integral, observando o  
198 SNUC. Então, a gente tem possibilidade de usar o recurso por mais que, um exemplo,  
199 destine à unidade mais próxima. Vou dar um exemplo de um parque conhecido, seja o  
200 Guartelá, a gente pode usar pra outro parque se o Guartelá já tiver suprida as necessidades  
201 dele, desde que seja diretamente justificado. Bom, aqui a gente pegou, são seis, apenas  
202 seis planos de aplicação que nós sugerimos a alteração, tá, os demais vão cumprir, a gente  
203 já entrou em um consenso aqui que eles vão cumprir a finalidade social do plano de  
204 aplicação. Então, o primeiro, lembrando que esses valores que estão ali são os valores  
205 sem serem corrigidos. A gente pegou o valor que estava no plano de aplicação, mas daí  
206 na conta ele já tá corrigido, tudo certinho. Então, pela Companhia Brasileira de Alumínio,  
207 UH Ourinhos, foi firmado o termo de compromisso no valor de cento e quarenta e cinco  
208 mil reais, foi depositado na agência e conta acima, onde ele tinha como objeto a utilização  
209 para a ampliação do Refúgio da Vida Silvestre de Jacarezinho. Certo? Esse era o objeto  
210 que inicialmente ele seria destinado. Porém, segundo o diagnóstico das unidades de  
211 conservação, que foi realizado pela Diretoria de Patrimônio Natural, a ampliação do  
212 Refúgio da vida Silvestre não é necessário, tá. Não houve nenhum decreto de ampliação,  
213 aliás que justifique hoje a gente ampliar o Refúgio de Vida Silvestre Jacarezinho, tá. Ela  
214 é uma unidade que não é aberta à visitação, ela não tem realmente a previsão ambiental e  
215 legal pra gente ampliar. Teve vários parques que foram, que tiveram decreto de  
216 ampliação. Ou seja, por mais que a gente não comprou aquela área, a gente não pagou  
217 por ela, o parque já foi ampliado. Então, isso era um objetivo da época, que foi de 2006,

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

218 ampliar o Refúgio de Vida Silvestre. Ocorre que a gente hoje em dia não vê essa  
219 necessidade. Nós não conseguimos nem administrar a maioria das áreas que a gente tem,  
220 então é uma ampliação que fica, nesse primeiro momento, complicada. Lógico, nada  
221 impede de futuramente rever, nós temos ainda cento e sessenta um cálculos, novos  
222 cálculos. Então, se for o caso, mais para a frente, a gente avaliar que precisa ser ampliado  
223 ou que seja ampliado, nós aí faríamos essa ampliação. Mas, nesse primeiro momento, não  
224 é o objetivo. O termo de compromisso... (interrupção da fala). A Sra. Ana Paula Liberato:-  
225 Polyana, posso fazer uma pergunta? A Sra. Polyana Silva Pereira:- Claro, doutora. A Sra.  
226 Ana Paula Liberato:- Estou tentando levantar a mão aqui, mas acho que está desabilitada  
227 essa funçãozinha pra nós aqui. Eu porque tentei achar, quis ser educada, mas não  
228 consegui. Veja só, eu queria só saber uma coisa, pra gente tomar um certo cuidado aqui.  
229 Ok., o recurso pro Refúgio da Vida Silvestre não pode mais ser aplicado pela proposta  
230 originária aqui dos cinquenta hectares, ok. Vai ser destinado pra uma outra finalidade em  
231 cumprimento à questão da ordem prioritária. Perfeito. A pergunta que eu faço é: “Como  
232 que vocês estão pensando em fazer a desoneração desse recurso?” Na medida em que, a  
233 partir do momento que ele foi condicionado como medida compensatória ele consta como  
234 condicionante na licença, e pra que seja feita essa alteração o empreendedor teria que  
235 anuir. Então, se vocês pensaram como que essa desoneração pra outra finalidade vai ser  
236 feita, senão o empreendedor vai ter problema no cumprimento de condicionantes. A Sra.  
237 Polyana Silva Pereira:- Doutora, o que a gente pensou no primeiro momento? Chamar o  
238 empreendedor, né. Explicar pra ele, lógico, que é um plano de aplicação que não foi  
239 cumprido na época, muitos termos de compromisso eles até falam que a gente tinha,  
240 muitos não, a maioria, né Denner, fala que a gente tinha um prazo de dois anos pra  
241 realizar, pra cumprir o disposto naquele termo de compromisso. O que de 2006 seria em  
242 2008, então teoricamente expirou esse prazo que tínhamos que cumprir, porém, pra gente  
243 resolver toda essa questão, deixar tudo certo, até mesmo com o Tribunal de Contas, nós  
244 chamaríamos a empresa do empreendimento e faríamos um novo termo de compromisso,  
245 explicando que esse novo termo de compromisso substituiria esse que a gente não  
246 cumpriu, né. Então, esse era o objetivo inicial. Seria, num primeiro momento, seis  
247 empresas, né, seis empreendimentos. A Sra. Letícia Salomão:- E daí mudaria na  
248 condicionante do licenciamento também. A Sra. Ana Paula Liberato:- Aí que eu queria





**2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**

249 colocar, aí teria que ser um termo aditivo. A Sra. Polyana Silva Pereira:- É, doutora,  
250 porque o nosso objetivo seria esse para ficar legalizado, sabe? Porque a condicionante da  
251 licença não sei se ela explica certinho qual que é o termo de aplicação? A Sra. Ana Paula  
252 Liberato:- Não. Não. A Sra. Polyana Silva Pereira:- Ela fala no termo de compromisso,  
253 né. Ela não fala qual é o compromisso, vamos dizer assim, qual o plano de aplicação.  
254 Então, a gente... (interrupção da fala). A Sra. Ana Paula Liberato:- Ela fala genérico, né.  
255 A Sra. Polyana Silva Pereira:- Então, teoricamente eles mantêm a... (corrige o raciocínio)  
256 teoricamente não, ele vai manter a obrigação dele, ele já cumpriu, na realidade. A  
257 obrigação dele é de pagar, a gente não cumpriu a nossa. Então, a gente chamaria ele,  
258 explicaria que na época não foi cumprido e visando solucionar esse passivo, pra trás, a  
259 gente vai firmar um outro termo de compromisso sem a obrigação da parte dele. A gente  
260 vai ter que colocar que não tem valor, não tem nada, a gente só está alterando mesmo no  
261 caso ali o plano de aplicação, porque a gente não viu outra forma de alterar esse plano,  
262 sabe? E em conversa que a gente teve com o Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas  
263 falou que se a gente cumprir o plano também sem necessidade, descaracteriza..., a gente  
264 responderia também, considerando que estaria jogando dinheiro fora. Então, a gente ficou  
265 entre a cruz e a espada. A Sra. Ana Paula Liberato:- É isso mesmo, Poly. Só que assim, o  
266 que eu me preocupo só neste momento aqui é o formato para o empreendedor não ter  
267 problema. Porque veja só, ele recebe uma licença e vamos dar um exemplo. Lá a  
268 condicionante treze dele lá, disse assim: “Cumprir com o termo de compromisso da  
269 medida compensatória papa, papa!” Genérico, tá. E aí, nós chamamos ele agora, anos  
270 depois, e firmamos um novo termo de compromisso. Ele vai ser problema quando ele der  
271 entrada numa RLO, numa LOR ou alguma coisa nesse sentido. Então, assim, o ideal seria  
272 fazer um termo substitutivo desse, quer dizer, não invalidar esse, fazer um termo  
273 substitutivo em cima desse, de modo que ele não venha ter problemas em relação a  
274 licença. Entendeu? Porque estou pensando no outro lado do empreendedor. Imagina o  
275 empreendedor ter uma licença com uma condicionante e lá na frente ser questionado  
276 porque ele não cumpriu com aquela condicionante. Sim, mas aquela condicionante não  
277 foi cumprida porque o órgão que era competente para inserir o recurso não fez, e daí a  
278 gente faz um outro termo com ele. E aí, aquele termo antigo que não foi finalizado, fica  
279 meio solto, sabe, Polyana. Isso pode gerar uma insegurança para o empreendedor. Então,



## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

280 talvez, o ideal fosse fazer um termo substitutivo, inclusive uma das cláusulas desse termo  
281 substitutivo fosse o encerramento daquele anterior, de modo que ele não tivesse  
282 problemas futuros de questionamentos de não cumprimento de condicionante, no caso de  
283 uma RLO. Vai ser o maior problema vai ser a RLO. A Sra. Polyana Silva Pereira:-  
284 Entendi, entendi. Por mim acredito que seria a melhor forma. É que a gente pensou num  
285 bom termo justamente para findar essa responsabilidade desse passado. Na verdade, a  
286 responsabilidade do empreendedor, ele cumpriu, porque ele fez o pagamento, tanto que  
287 foi disponibilizado a ele o termo de quitação. Ou seja, a quitação da obrigação dele com  
288 nós foi finalizado, é a gente que não cumpriu com a nossa obrigação. Por isso que a gente  
289 tentou mexer o menos possível nos termos, né, executar realmente o que dá pra executar,  
290 pra gente não chamar todos os empreendedores, porque aí daria mais trabalho ainda. Na  
291 realidade não é questão do trabalho, é a questão da... (não conclui o raciocínio), pode até  
292 gerar algum tipo de... (corrige a frase) vai gerar, na realidade, questionamento do porquê  
293 que estamos alterando. Lógico, são justificados, porém, a gente tá tentando mexer o  
294 mínimo possível, porém resolver esse apontamento feito pelo Tribunal de Contas, porque  
295 eles não... (não conclui a frase). Eles pedem aí todos os meses os valores atualizados, eles  
296 estão vendo que a gente não consegue andar, né, o dinheiro tá parado, as unidades  
297 precisando das coisas, então a gente achou melhor fazer. Pode ser um termo substitutivo,  
298 por mim não tem problema. É que a gente tá pensando como... (interrupção da fala). A  
299 Sra. Ana Paula Liberato:- Tá. O que dava pra fazer também, Polyana, não sei se esse  
300 trabalho foi feito, seria pegar a licença em si, a partir da qual houve a condicionante de  
301 estabelecimento da medida compensatória, e ver se lá está mais genérica ou específica.  
302 Vou dar um exemplo lá. Outro imbróglio da Tia Chica, por exemplo. O da Tia Chica ele  
303 diz que é para o Tia Chica, ele não diz que é pra outra coisa, entendeu? Esse,  
304 necessariamente, teria que ter um termo substitutivo. Não tem jeito, porque ele pode ter  
305 questionamento de descumprimento da condicionante. Agora, esses que estão aí, esses  
306 seis que vocês colocam, que seria feita uma desoneração, o que está escrito como  
307 condicionante na licença? A Sra. Polyana Silva Pereira:- O que, na realidade, acaba  
308 acontecendo com as condicionantes que tão mais específicas? Eles, deixam a genérica e  
309 colocam a específica não como se fosse uma medida compensatória do SNUC. Eles  
310 deixam como se fosse uma outra medida compensatória. Por exemplo, o da Tia Chica, a

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

311 condicionante dele, além dessa questão da Tia Chica, eles têm que pagar pra gente sim.  
312 Então, a nossa condicionante tá feita genérica ali que tem que cumprir, que tem que  
313 assinar o termo de compromisso com o ... com a... (quebra de raciocínio) na época ainda  
314 do DUC, eles colocam com a Divisão da Unidade de Conservação, para pagar o esforço  
315 do SNUC. Então, acontece que, acredito não, esses seis tenho certeza que são genéricos,  
316 porque eu li. São padrões o artigo, sabe? (Fala do Sr. Altamir Juliano Hacke, porém com  
317 interferência). A Sra. Polyana Silva Pereira:- Está cortando. A Sra. Ana Paula Liberato:-  
318 É, eu não entendi, não entendi. O Sr. Altamir Juliano Hacke:- Oi, é o Altamir, vocês estão  
319 me ouvindo bem? A Sra. Ana Paula Liberato:- Não, Altamir, está... (não conclui a frase).  
320 Parece que tem um metal aí. O Sr. Altamir Juliano Hacke:- Eu só queria sugerir em  
321 relação... (não conclui a frase) A Sra. Polyana Silva Pereira:- Não dá para entender,  
322 Altamir. O Sr. Altamir Juliano Hacke:- Não? A Sra. Polyana Silva Pereira:- Altamir, não  
323 dá pra gente... (falha do áudio). O Sr. Altamir Juliano Hacke:- Melhorou agora? A Sra.  
324 Ana Paula Liberato:- Não, Altamir. Parece que você está falando dentro de um metal,  
325 assim. Não dá para entender. O Sr. Altamir Juliano Hacke:- Eu vou escrever no chat ali  
326 então. A Sra. Ana Paula Liberato:- Ah, agora ficou bom, agora fale aí. O Sr. Altamir  
327 Juliano Hacke:- Tá bom? Tá bom? A tá. A Sra. Ana Paula Liberato:- Agora ficou. O Sr.  
328 Altamir Juliano Hacke:- Ah, então tá. Eu só comentei o seguinte, com relação ao  
329 condicionante a gente pode montar um condicionante padrão que não dê esses problemas.  
330 A Sra. Ana Paula Liberato:- Isso para os próximos, né Altamir. O problema que esse é o  
331 passivo. Licenças antigas que foram emitidas com essas compensatórias que já foram há  
332 muito tempo depositadas, que perderam a finalidade e agora fomos ao dinheirinho. Acho  
333 que para as novas, perfeito, Altamir. A gente tem que realmente... O Sr. Altamir Juliano  
334 Hacke:- A gente monta um padrãozinho, montamos um padrão que aí não dá esse  
335 problema. (Fala do Sr. Altamir Juliano Hacke, porém com interferência). A Sra. Ana  
336 Paula Liberato:- Eu vi assim, oh, eu entendo bem a posição da Polyana e da Letícia, acho  
337 que, assim, a ideia é de agilizar. O nosso dinheiro tá parado faz tanto tempo, o Tribunal  
338 de Contas na cola perguntando por que o recurso não foi utilizado. Se a gente ficar na  
339 pendência de chamar empreendedor por empreendedor para firmar um termo substitutivo,  
340 quando a gente vai conseguir terminar isso? Mas, assim, acho que a gente teria que ter  
341 algumas precauções. Vamos chamar todo mundo, se veio, veio, se não veio pelo menos

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

342 chamado foi, sabe? Talvez esse encaminhamento já ser explicativo: “Olha, estamos te  
343 chamando para formalizar um termo substitutivo para rever a destinação do plano de  
344 aplicação, considerando o decurso do prazo e a impossibilidade de implementação da  
345 origem, ficando o senhor, desde já, cientificado que tem que comparecer. E, caso não  
346 compareça, pra fazer a formalização, a mesma será...” Entendeu? Pra gente, lá na frente,  
347 ter algum tipo de instrumentalização. O que me preocupa é: o cara lá na frente bater na  
348 trave pelo não cumprimento de uma..., no caso, né Altamir, de uma RLO, ser questionado  
349 e a gente tem que levar mais uma coisa em consideração. Com a nova 110 da  
350 Descentralização, vão ter novos pedidos de RLO agora, que não vão passar mais por nós  
351 que passaram, vão para o município. Como que o município, nesse processo da RLO, vai  
352 entender esse cumprimento ou não cumprimento? Então, assim, na pior das hipóteses,  
353 encaminhar um ofício, já deixar-se claro que na ausência de manifestação, se ele não  
354 formalizar, a alteração vai ser feita e aí a gente tem essa precaução, assim, tá, porque a  
355 gente tem visto coisas que, que fica uns detalhezinhas e depois fica patinando e não se  
356 resolve. O Sr. Altamir Juliano Hacke:- É verdade. Tá bom, então. A Sra. Polyana Silva  
357 Pereira:- Eu concordo, doutora. A Sra. Letícia Salomão:- Queria falar em relação a isso.  
358 Essas condicionantes que acabam ficando no licenciamento, o Denner aqui, que é o nosso  
359 técnico, ele avaliou pelo menos esses cinco que estão aqui na pauta, são bem genéricos.  
360 Eu pelo menos sempre entendi assim, que quando a gente dá o termo de quitação, quando  
361 o empreendedor deposita o valor da medida compensatória, aí ele estava impedido de  
362 qualquer responsabilidade, porque ele cumpriu a condicionante. Como a Poly apontou...  
363 (pausa)... quem não cumpriu foi o órgão ambiental. Então, eu não sei, eu acho assim, que,  
364 como precaução, a gente poderia fazer essa substitutiva até para preservar os  
365 empreendedores de eventualmente alguma coisa, mas eu entendo que pro empreendedor  
366 já tá tudo liberado. A Sra. Polyana Silva Pereira:- A obrigação aí foi cumprida, foi a gente  
367 que não cumpriu. É isso que... (pausa) é isso que o Tribunal de Contas tá batendo, na  
368 verdade. Porque, um exemplo, tem várias condicionantes... (corrige a frase)... tem vários  
369 empreendimentos desses antigos que, por exemplo, vai chegar na hora de eu falar a  
370 respeito da Klabin. Certo? O que aconteceu? A gente tinha que mandar relatórios pra eles,  
371 a gente nunca fez essa parte. Vamos dizer assim, a gente tem explicar como se fosse uma  
372 prestação de contas pra eles, e a gente nunca fez! Eles depositaram o valor pra gente,



## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

373 foram eximidos de qualquer obrigação, porém as nossas obrigações... (mudança de  
374 raciocínio). O meu medo, Ana, de chamar o empreendedor, é ficar na parte do: “Ah, mas  
375 então, vocês não cumpriram!” E daí o empreendedor querer se voltar pra a gente, assim,  
376 sabe? Nesse sentido. Porque deve ter também alguma cláusula que penalize a gente por a  
377 gente não cumprir. A Sra. Ana Paula Liberato:- Então, na verdade, assim, o grande  
378 problema é que, vamos pensar aqui, ele formalizou um termo de compromisso que é um  
379 título executivo extrajudicial. Nós demos um termo de quitação dele para o pagamento,  
380 mas não foi executada a condição que está no termo. Ou seja, esse termo não foi  
381 cumprido. Então, assim, isso é um risco pros dois lados, é um risco pro empreendedor,  
382 porque, sei lá, alguém, algum desafeto, etc., sei lá, a gente pode cobrar um título não  
383 executado, executar um título não cumprido. Que é verdade, né, a gente deu um termo de  
384 quitação pra ele, mas a quitação foi fake, vamos assim dizer, porque na prática não foi  
385 feita aquela aplicação. Então, existe uma insegurança nesse lado para o empreendedor. E  
386 pra nós existe uma outra questão é: Aonde está a justificativa legal para, de uma forma  
387 deliberada, nós mudarmos a destinação sem justificar, sem formalizar e sem comunicar?  
388 Não tem. Por isso que a gente tem que cuidar, pelo menos essa comunicação oficial bem  
389 feitinha, ela tem que ser feita, sabe? A gente chama ele: “Olha, filho, estamos te chamando  
390 aqui para fazer a formalização.” Se ele falar: “Não quero, não vou perder meu tempo aí,  
391 faz tantos anos que vocês fizeram!” “Ok. Comunicado você está, estamos informando.”  
392 Para que depois também ele não ajuíze uma ação contra o IAT ou não vá fazer lá uma  
393 ouvidoria, não vá fazer no Tribunal de Contas, porque a gente tem tido até interpelação  
394 do Tribunal de Contas de denúncias nesse sentido, dizendo que nós não executamos  
395 aquilo que nós cumprimos que, para o qual, demos um termo de quitação. Esse é o maior  
396 problema, né, demos um termo de quitação. Então, essa precaução, sabe, Polyana,  
397 pensando nessa precaução. Até porque a gente sabe que essas medidas compensatórias,  
398 quando elas forem realmente aplicadas, também haverá uma fiscalização do Ministério  
399 Público que, talvez, no entendimento nosso, por exemplo, houve um entendimento  
400 técnico que não é mais viável aumentar o Refúgio da Vida Silvestre. Mas, de repente, no  
401 entendimento do MP ele acha que pode aumentar o Refúgio da Vida Silvestre, daí vai vir  
402 toda uma discussão de uma mudança de finalidade, sem conhecimento, sem notificação.  
403 A Sra. Polyana Silva Pereira:- Caso entendam isso, Ana, doutora, a gente tem ali mais...



## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

404 (mudança de raciocínio) a gente tem como fazer depois, a gente tem... (mudança de  
405 raciocínio). A nossa primeira justificativa foi baseada no documento, no diagnóstico das  
406 unidades de conservação, né, que foi uma coisa que nós que fizemos, objetivando o quê?  
407 Tanto o Ministério Público quanto o Tribunal de Contas, vou falar, acusar, que é isso que  
408 eles fazem no primeiro momento, acusam a gente de prever já uma área ao invés da outra,  
409 a gente poder falar: “Não, não há um privilégio. Há um diagnóstico onde uma área precisa  
410 mais do que a outra.” Então, foi... (mudança de raciocínio) eu sei porque a Klabin, por  
411 exemplo, eles perguntam até hoje. Já respondi uns dez ofícios nesse sentido, por que Ponta  
412 Grossa? Porque, na época, foi definido Ponta Grossa, não tem como justificar por quê.  
413 Porque não tinha nenhum documento naquela época que fala por que Ponta Grossa.  
414 Certo? Hoje, com o diagnóstico da unidade de conservação, nós conseguimos justificar o  
415 porquê, um exemplo, por que Ponta Grossa? Porque, segundo o nosso diagnóstico, Ponta  
416 Grossa precisa mais do que Tibagi, por exemplo, certo? Na linha de análise, de análise de  
417 vários critérios, de estrutura, de área, de tudo, enfim. A gente consegue justificar coisa  
418 que antes a gente não conseguia. Então, é nesse sentido que nós baseamos o... (mudança  
419 de raciocínio) a parte do... (mudança de raciocínio) tanto do remanejamento das antigas  
420 quanto os novos termos que vão vir. Então, a gente está tentando... (interrupção da fala).  
421 A Sra. Ana Paula Liberato:- Entendi, Polyana. Concordo. Só estou colocando aqui só o  
422 cuidado pra se fazer isso de uma forma formal, já de pronto, para depois não ficar  
423 correndo atrás de algo que a gente sabe que, às vezes, são feitas as situações sem  
424 formalização. Depois fica todo mundo correndo atrás para tentar encontrar uma resposta.  
425 Então, assim, foi verificado, já se tem hoje o levantamento técnico que tem uma  
426 justificativa que essas cinco áreas não podem ter a destinação do termo, o termo está  
427 desonerado porque não tem cláusula impeditiva, perfeito, tudo certo. Então, abre-se um  
428 protocolo, coloca-se lá a justificativa técnica, coloca-se lá uma comunicação, encaminha-  
429 se a comunicação, coloca o comprovante da comunicação e pelo menos manda bala,  
430 entendeu? Agora, fazer isso, sem essa formalização e essa instrumentalização, lá na  
431 frente, num eventual questionamento, etc., como a gente vai provar? Porque hoje o que  
432 se pede é: “Eu quero a cópia do protocolo?” E outra coisa que a gente tem que ter em  
433 mente, foi formalizado, desde junto desse ano, um convênio com o Ministério Público  
434 que ele tem acesso irrestrito a todos os nossos protocolos. Então, quer dizer, se não a



## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

435 gente não fazer isso formalizado e se tiver o conhecimento que não vai comprar cinquenta  
436 hectares para aumentar o Refúgio da Vida Silvestre, vai comprar... Aí veja só, esse  
437 equipamento de bens, vai falar: “Ah, vai comprar equipamentos de bens!” Quer dizer, ao  
438 invés de... (mudança de raciocínio). Sabe, esse tipo de situação? Então, formalizar tudo,  
439 encaminha a comunicação e não fica nenhuma brecha. Se eventualmente a gente tiver um  
440 questionamento lá na frente, nós formalmente estamos assegurados e temos certeza que  
441 não vamos perder. O problema é que se não fizer isso, a gente já não tem formalização,  
442 já vamos para apanhar. Então, é mais ou menos assim, vamos cuidar para não apanhar, se  
443 nós já sabemos que podemos fazer, que podemos sofrer por isso. Essa é a única colocação.  
444 Tá tudo certo, Polyana. Tem que realmente fazer a destinação, não tem a finalidade, só  
445 que vamos nos embasar, abrir um protocolo para cada um, colocar uma justificativa  
446 técnica, oficiar todos. Pronto. Mas chama pra firmar, não veio firmar? Perfeito, oficiado  
447 você foi. A formalização, a publicidade, todos os atos já foram devidamente praticados e  
448 aí nós fizemos tudo dentro da regularidade, e aí não tem equívoco absolutamente nenhum.  
449 A Sra. Polyana Silva Pereira:- Perfeito. A Sra. Letícia Salomão:- Tá, então vou questionar  
450 tanto o Altamir quanto o Fadel, se eles concordam com a Dra. Ana, por que aí o que a  
451 gente faz? Por mais que a gente leia as outras medidas compensatórias que estão para  
452 desonerar, a gente tem quase um mês para fazer a próxima reunião. Então, nesse interim,  
453 a gente abre o protocolo, faz a fundamentação do porquê da desoneração e chama o  
454 empreendedor pra fazer o substitutivo do termo. Podemos fazer assim, Fadel e Altamir?  
455 O Sr. Altamir Juliano Hacke:- Sim. A Sra. Letícia Salomão:- Fadel? Eu também aprovo,  
456 Fadel você aprova? O Sr. Fadel:- Oi? Aprovo sim. Aprovo, aprovo. A Sra. Ana Paula  
457 Liberato:- E aí, Letícia, não precisamos ter um prazo muito grande, sabe? A Sra. Polyana  
458 Silva Pereira:- Doutora, acha, acredita que um prazo de... A Sra. Letícia Salomão:- Que  
459 um prazo de quinze dias... A Sra. Ana Paula Liberato:- É, eu colocaria até dez, não  
460 precisaria colocar nem quinze dias, tá. Não precisa ser um prazo muito, muito extenso, se  
461 for pensar na ideia de dar andamento na próxima reunião daqui trinta, faria isso,  
462 comunicaria, dez dias já estaria comunicado, já teria o retorno e aí coloca-se que, em caso  
463 de não manifestação, aceita-se, reputa-se como aceita a proposta fosse, vamos fazer já,  
464 nesse sentido, para desonerar e dar andamento. Aí esse prazo de dez dias acho que é  
465 suficiente, porque casa bem com os próximos trinta para dar andamento. A Sra. Letícia

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

466 Salomão:- Tá ok. Então, daí só a Poly vai ler as próximas medidas compensatórias, só  
467 porque daí a gente também já pode fazer uma pré-aprovação, porque daí juntando (essa  
468 documentação), Poly, aí já está aprovado para a próxima reunião, porque na próxima  
469 reunião a gente vai ter que discutir os novos termos. Então, pelo menos para essa, a gente  
470 já tá mais ou menos... (interrupção da fala). A Sra. Polyana Silva Pereira:- A gente já fica  
471 bem encaminhado e definidos como a gente vai proceder. Então tá. O Refúgio da Vida  
472 Silvestre, que eu já expliquei. O segundo seria o da, o da Copel Geração e Transmissão  
473 S/A e Eletrosul que elas firmaram juntas, tá, o UHE Mauá o nome da conta, no valor de  
474 oito milhões, trezentos e vinte e nove mil, cento e noventa e cinco reais que, num primeiro  
475 momento, não sei se dá para vocês verem, mas mandei no WhatsApp de vocês que  
476 acredito que fique melhor, ali ele fala que o termo de compromisso destina à ampliação  
477 territorial para o parque do Guartelá, que no caso seria a regularização fundiária deles,  
478 que é a dos herdeiros Olímpio Mainardes, Urbano Pupo Martins e Frederico Zens; a  
479 regularização fundiária que é a desapropriação da área e o levantamento topográfico;  
480 adequação das estruturas: edificação de um novo centro de visitantes, manutenção,  
481 reforma e adequações das estruturas existentes no parque, renovação da frota de veículo,  
482 equipamentos e instrumentalização do parque e a revisão do plano de manejo, apoio à  
483 implantação de RPPN's, elaboração do plano diretor do Mosaico, instalação e  
484 consolidação de Conselho Consultivo, capacitação de participantes do Mosaico, software  
485 do sistema de controle. E aqui, ele coloca ainda, a edificação de novo centro de visitantes  
486 e uma casa guarda-parque no Parque Caxambu. Então, esse seria o plano de aplicação da  
487 Mauá. Analisando, né, a gente observou que o plano de aplicação está em partes defasado,  
488 considerando que alguns itens não atendem mais a necessidade do parque. O primeiro  
489 parque em análise se trata do Guartelá. Seguindo a ordem de prioridade para aplicação do  
490 recurso da compensação ambiental, as ampliações de áreas, bem como a regularização  
491 fundiária serão mantidas, certo? A regularização fundiária já está judicializada e a  
492 ampliação territorial já possui decreto vigente, faltando apenas o pagamento. Ou seja, nós  
493 vamos manter esse primeiro item pra gente cumprir o disposto do, do SNUC. Já a  
494 adequação das estruturas físicas, sendo: a edificação de um novo centro de visitantes e  
495 estruturas complementares devem ser revistas, considerando que já tá sendo realizados  
496 estudos e documentação para realizar a concessão de uso do parque, e essas obrigações



## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

497 passarão a ser de responsabilidade da concessionária. Então, a uns, não sei aqui, no  
498 máximo em quinze dias anteriores a gente já teve a primeira reunião pra lançar o  
499 chamamento e já fazer o multishow, né, que fala. A Sra. Letícia Salomão:- Multishow. A  
500 Sra. Polyana Silva Pereira:- Multishow do Parque do Guartelá, com o objetivo de  
501 conceder, e uma das obrigações da concessionária é estruturar já todas áreas vigentes,  
502 além da concessão de novo centro de visitantes. Então, hoje, se a gente executar esse  
503 recurso, infelizmente acredito que nem daria tempo de a gente executar porque o parque  
504 já estaria concessionado. Então, a gente não tem por que investir dinheiro, recurso, numa  
505 coisa que o nosso objetivo já é fazer a concessão. Na realidade não é só um objetivo, né,  
506 é andamento, então não vejo necessidade. Os valores destinados à renovação de frota já  
507 foram pagos, né, então os veículos já foram comprados. É, o outro parque foi... (mudança  
508 de raciocínio). Não, os equipamentos e instrumentações para o parque já estão sendo  
509 adquiridos através de outro recurso, que a gente pegou um recurso livre, considerando  
510 que atualmente as compras são realizadas para atender à necessidade de diversos parques,  
511 necessitando assim de licitação. Então, antes, o que o pessoal fazia muito? É compra  
512 separada. Então, vou comprar para o Guartelá? Compra só para o Guartelá. E hoje a gente  
513 faz compra em conjunto. Então, todos os parques, um exemplo, dez parques precisam de  
514 roçadeiras, a gente faz uma licitação e compra dez roçadeiras e não mais picadinho,  
515 considerando também que os valores picados acabam atrapalhando, porque às vezes a  
516 gente já tinha atingindo o teto de compra direta e ainda tinha gente faltando objetos.  
517 Então, hoje a gente já faz essa questão pra compra na forma de licitação. E, obedecendo  
518 ainda a ordem de prioridades, a revisão do plano de manejo do Guartelá a gente vai  
519 manter. Já está licitada pra contratação, então a gente manteve ela no plano. E, no que se  
520 refere à instrumentação do mosaico, cumpre esclarecer que o mesmo em momento algum  
521 foi criado, ou seja, não existe esse mosaico e as nossas unidades de conservação não  
522 possui essa forma, vamos dizer assim, de administração, na forma de mosaico. Então, a  
523 gente excluiu essa criação, até mesmo porque esse mosaico, se for para ser criado, né,  
524 tem toda a parte do... (mudança de raciocínio) tem a parte de execução pelo, pela  
525 concessionária. Então, quem vai fazer toda essa parte de execução do plano de manejo e  
526 a criação do mosaico e tudo o mais, seria a concessionária. Até mesmo porque também o  
527 plano de manejo vai ser revisto, então se for o caso, se for uma obrigação, a gente já vai

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

528 colocar pra concessionária. E sobre o Parque Caxambu, conforme diagnóstico das  
529 unidades de conservação, a gente vai manter a construção do centro de visitantes,  
530 considerando que o parque não é aberto à visitação, recebe apenas estudantes com  
531 agendamento prévio, porém a construção de, da casa do guarda-parque a gente não paga  
532 mais porque a estrutura já existe. Então, já foi construída uma casa do guarda-parque, não  
533 com esse recurso, mas de alguma forma já foi construída. Então, a gente tiraria a  
534 edificação desse recurso. Todos os valores que nós tiramos a gente destinaria para o  
535 Previna, que é o Programa de Proteção e Prevenção de Incêndios na Natureza que tem  
536 como objetivo de prover os mecanismos para a prevenção e para o combate aos incêndios  
537 florestais nas unidades de conservação. Então, o Previna é um contrato que a gente já tem,  
538 já até existe na realidade o Previna onde a gente compra os materiais, compra tudo e eles  
539 atendem em todas as unidades. Então os valores, um exemplo, da casa do guarda-parque  
540 e dos outros itens que a gente não utilizaria, eles seriam destinados ao Previna, e também  
541 atende o Parque Guartelá. Então, foi a forma da gente manter dentro da unidade também,  
542 mas deixar mais para um recurso que atenda a todos. O termo de compromisso desse, da  
543 Mauá ela tem que qualquer alteração no plano de aplicação deverá ser proposta pelo DUC  
544 e aprovado pela Câmara Técnica de Compensação Ambiental. Ele não fala como, né, que  
545 faz essa alteração, mas fala que pode ser proposto pelo DUC e aprovado pela Câmara.  
546 Então, a gente avaliou, vamos dizer assim, pra fazer essa alteração. Alguém tem alguma  
547 consideração ou não concorda com alguma coisa? Bom, o próximo é Uirapuru  
548 Transmissora de Energia, que ela tem o valor de trezentos e cinquenta e um mil reais, que  
549 foi depositado na conta acima, ela tem esse plano de aplicação e ali fala que é pro parque,  
550 pra regional de Londrina, Ibicatu, né. Então, é o Parque de Ibicatu que ele fala: a  
551 construção da casa do guarda-parque, a construção de um centro de visitantes, construção  
552 de um almoxarifado, pavimentação de estacionamento, estruturação de duas áreas para  
553 descanso, instalação de equipamento de madeira para atividades em educação ambiental,  
554 paisagismo, materiais informativos e uma caminhonete. A gente vai manter todas as  
555 partes de construção, o veículo já foi comprado e a única coisa que nós vamos tirar é a  
556 questão do valor destinado pra material informativo, considerando que os materiais  
557 informativos são realizados pela Diretoria de Patrimônio Natural em conjunto com a  
558 comunicação do Instituto Água e Terra, né, e distribuídos para as unidades de



## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

559 conservação. Ou seja, o recurso dos materiais é de uso em geral e não pra aquele parque,  
560 pra aquele parque específico, né. Até mesmo porque uma das coisas que a gente apanhou  
561 bastante da comunicação é querer fazer as coisas pra um parque só, e eles falaram que  
562 não, que tem que ter toda a parte de aprovação, tudo certinho. Então, a gente só tira essa  
563 parte dos materiais informativos. O termo de compromisso não possui cláusula que  
564 impede alteração do plano. Ele não fala nada, nem aquela cláusula, né, de proporção, e a  
565 proposta é pra deixar de uso geral, né, porque daí, dessa forma, a gente pode comprar  
566 alguma coisa pro próprio parque, né, que o parque venha a precisar, ou ainda pra alguma  
567 unidade do entorno deles. É um valor baixo inclusive, é um valor de seis mil reais que  
568 tem pra material informativo, porém, como ele foi corrigido, ele quase dobrou o valor,  
569 vamos dizer assim, dez mil reais que seja, né, já é dez mil reais que a gente pode colocar  
570 pra fazer outra destinação. Então, a Uirapuru é só isso. A gente passa para a Alvear, né,  
571 que é a conta da Catuaí Londrina. Doutora, eu até queria perguntar uma coisa pra senhora,  
572 não sei se se você concorda a mesma coisa, o plano de aplicação da Catuaí Londrina foi  
573 cumprido de forma integral. Ou seja, foi comprado e feito tudo que tava no plano de  
574 aplicação e sobrou, né, teve uma sobra de trinta e seis mil reais que tá na conta. A gente  
575 teria que fazer um novo plano com a empresa ou a gente só justifica que é sobra e põe  
576 para alguma coisa? A Sra. Ana Paula Liberato:- Aí pode só justificar a sobra, porque daí  
577 pode-se amparar lá no Parágrafo Único lá do Art.33 que, depois de feita a aplicação, pode  
578 ter uma outra destinação. Essa sobra não tem tanto problema, só justificar e explicar onde  
579 o recurso será aplicado, né. A Sra. Polyana Silva Pereira:- Ou um novo termo, uma nova,  
580 um novo plano de aplicação? Não precisa? A Sra. Ana Paula Liberato:- Não precisa de  
581 um novo plano de aplicação. O que poderia só comunicar mesmo, no mesmo formato,  
582 sabe? Não precisa nem chamar, só comunicar que foi executado completamente, mas  
583 houve uma sobra de recurso que ela está sendo destinada em cumprimento, né, ao  
584 requisito, aí seguindo a prioridade do plano de aplicação, para tal finalidade e aí formaliza.  
585 A sobra é bem mais fácil de administrar, né, o problema é a troca. A Sra. Polyana Silva  
586 Pereira:- É só esse que sobrou. A Sra. Ana Paula Liberato:- Que bom que sobrasse em  
587 todos, né. A Sra. Letícia Salomão:- Só um pouquinho, Poly. Então, já que esse a gente só  
588 precisa fazer essa comunicação, então a gente já pode votar ele pelo menos pra ficar  
589 desonerada essa conta aí, essa medida. A Sra. Polyana Silva Pereira:- Faz através de



## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

590 protocolo, doutora? Precisa? Precisa ou a gente pode fazer agora? A Sra. Ana Paula  
591 Liberato:- Nós vamos fazer tudo por protocolo. Nós vamos... (não conclui a frase) Assim,  
592 ó, é aquela história, ultimamente é melhor achar pelo em ovo antes já. Mas faz rapidinho,  
593 abre o protocolo, junta lá, faz a justificativa, daí abre lá nesse protocolo pendência para  
594 todos os membros da Câmara darem o aval e manda bala, entendeu, Poly? É assim  
595 rapidinho ali, no eProtocolo abriu pendência a gente consegue todos clicar na mesma  
596 hora. Só pra gente ter formalizado pelo eProtocolo e depois pode dar a cópia do protocolo.  
597 A Sra. Polyana Silva Pereira:- Então, tá. Então não precisa de um novo plano, só falando  
598 que é a sobra. A Sra. Ana Paula Liberato:- Não. A Sra. Polyana Silva Pereira:- Beleza. A  
599 Sra. Ana Paula Liberato:- É a sobra, tá. A Sra. Polyana Silva Pereira:- Tá. Aí tem a UEG  
600 Araucária. Esse foi o que mais sobrou dinheiro, o que mais a gente mexeu, no caso. Essa  
601 é aquela questão de Araucária, né, da cidade de Araucária, que foi previsto até fazer um  
602 novo parque, que uma das coisas que previa era a construção de um novo parque no  
603 Município de Araucária. Isso foi, foi realizado a construção de um novo parque, sendo  
604 José Wachowski, Wachowski, não sei como fala, e daí ali fala a construção de um centro  
605 de visitantes pro parque, a compra de equipamentos para a unidade de conservação, um  
606 veículo utilitário, colocação de cerca em todo o perímetro, implantação de um viveiro  
607 florestal dentro da unidade de conservação, daí vem compra de tubetes, bandejas,  
608 barracão de madeira, escritório/almojarifado e banheiro, instalação de estufas, colocação  
609 de cerca feita de telas trançadas, colocação de palanques de concreto, implantação de  
610 sistema de irrigação, tudo isso para o viveiro. Daí a gente destina ali pro Parque Estadual  
611 de Campinhos a aquisição de uma área localizada no Município de Tunas e Cerro Azul  
612 para integrar o Parque Estadual de Campinhos já existente, unidade de conservação no  
613 bioma. E ali ele pede ainda a adequação de infraestrutura e aquisição de equipamentos de  
614 gestão para unidades de conservação. Daí ele pede também a compra de um  
615 microcomputador, impressora a laser e impressora a jato, scanner, zip driver, notebook.  
616 Pede equipamento de fotometria, um, dois, três, quatro, cinco, seis veículos, dois  
617 celulares, além de a criação de uma estação de monitoramento de qualidade do ar dentro  
618 da unidade, enfim, só isso. E a estação de indicadores de efluentes gasosos. Bom, a  
619 primeira destinação do recurso então, a gente manteve, que é a implantação e  
620 implementação de unidade de conservação no município de Araucária, que já foi criado,



## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

621 né, que é o Parque José Wachowski. Seguindo a ordem de, a ordem de, de prioridade pra  
622 aplicação do uso de compensação, as ampliações das áreas territoriais bem como a  
623 regularização fundiária estão mantidas, ou seja, essa parte da regularização fundiária de  
624 Campinhos - É Campinhos que eu falei? Campinhos, mantém. É, e no que se refere à  
625 ampliação territorial, casa, construção da casa do guarda-parque, centro de visitantes,  
626 almoxarifado com garagem; pavimentação e estacionamento; estruturas de áreas para  
627 descanso, instalação de equipamentos para atividades de educação ambiental e  
628 paisagismo, não devem prosperar, considerando que o parque está em fase de  
629 reclassificação para se tornar uma estação ecológica e, desta forma, não teria como nós  
630 construirmos nada tendo em vista que não será aberto à visitação. Então, o que a gente  
631 faria, em um primeiro momento, seria o cercamento da estação ecológica e, porém, não  
632 teria como nós construirmos toda essa parte de centro de visitantes, almoxarifado,  
633 estacionamento e tudo o mais, porque não vai ser utilizado, o parque está sendo  
634 recategorizado. A recategorização também já está em andamento, não é uma coisa que a  
635 gente vai começar agora, já está em andamento, então a gente consegue justificar. E a  
636 instalação e implantação do viveiro florestal, hoje em dia, pela lei não é previsto, né, pelo  
637 SNUC não é previsto que tenha um viveiro florestal dentro da unidade de conservação. É  
638 uma das coisas que a gente tem apanhando um pouquinho, porque tem algumas unidades  
639 de conservação que possuem viveiro florestal dentro, porém a criação de um acredito que  
640 daria mais problema. Então, a gente não faria a criação de um viveiro dentro da unidade  
641 e muito menos a questão da construção da qualidade do ar também dentro da unidade.  
642 Por quê? A gente não construiria nada dentro da unidade porque agora ela vai ser uma  
643 estação ecológica. Então, ela é toda... (mudança de raciocínio) na parte de araucária, né,  
644 tudo certinho, então a gente não mexeria, a gente só manteria ela da forma que tá. E a  
645 parte de compras de equipamentos que são os quinze computadores, impressoras, scanner  
646 e tudo mais, nós também não iremos comprar, primeiro porque aquela unidade não precisa  
647 e segundo porque os bens, pelo que entendi ali, já foram comprados. Também a gente  
648 tem um sério problema nessa parte de identificar o que foi comprado e o que não foi,  
649 porque não tem nota, né, das coisas que foram compradas, não foi. Então, os veículos  
650 acredito que já tenham sido comprados, porém a gente não sabe, não sabe, né, justificar.  
651 Então, a gente mudaria todos esses valores que a gente não utilizaria para o Previna, tá.

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

652 Mas pra que tanto dinheiro para o Previna? Porque o Previna atende todas as unidades de  
653 conservação. Então, ele sairia um programa caro, vamos dizer assim, né. Não é uma  
654 coisa... (mudança de raciocínio) É equipamento caro que a gente tá comprando para todas  
655 as unidades. A Sra. Schirle Margaret dos Reis Branco:- E é um decreto governamental.  
656 O Previna é um programa, só para esclarecer um pouquinho, me permite, eu participei  
657 ativamente dessa questão, tá muito bem justificado porque o Previna é para todo o Estado  
658 mesmo e ele faz parte de um projeto governamental. Então, ele envolve outras entidades,  
659 como a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros. É um trabalho muito interessante e eu  
660 acredito que as definições e decisões aqui tomadas cabem muito bem para que o Previna  
661 venha ser um programa muito importante para o Estado do Paraná. A Sra. Polyana Silva  
662 Pereira:- Obrigada. E ali a gente fala na cláusula oitava, ele fala: “O IAP poderá rever os  
663 critérios técnicos do Plano de Aplicação, desde que essa não implique alterações dos  
664 valores das Medidas estipuladas, conforme estabelecido na cláusula quinta - a cláusula  
665 quinta fala do valor, né -, ressalvadas as correções monetárias e sanções nele previstas.  
666 As alterações destes critérios técnicos deverão ser realizadas através do Termo Aditivo  
667 específico ao presente instrumento.” Então, esse foi o único termo que colocou isso como  
668 cláusula, os demais não são totalmente é... (mudança de raciocínio) não falam nada dessa  
669 parte, então, acredito que por isso que surgiu a ideia da gente padronizar, fazer todos na  
670 forma de um novo termo ou de um termo aditivo que foi proposto no começo, porque já  
671 que esse, né, todos na realidade são o mesmo documento, por mais que tenham cláusulas  
672 diferentes, eles têm a mesma validade jurídica, então, por isso que a gente ia pedia essa  
673 questão. A Klabin, que é a última, acredito eu, agora que ela é no valor de quatro milhões,  
674 deixa eu só ver aqui. Aqui. A Klabin que ela tem ali três milhões destinados à implantação  
675 e apoio de RPPN’s e depois ela tem seis milhões pra regularizar as unidades, porém, na  
676 conta hoje só tem três milhões. Acreditamos que os demais recursos já foram utilizados,  
677 onde nós nunca fizemos essa parte de apoio às RPPN’s. Ou seja, a gente não achou  
678 nenhum documento que a gente fez, que a gente executou isso, então a gente acredita que  
679 só essa parte do termo que está sem cumprir. O outro, eram três objetos, o outro objeto  
680 foi três milhões pra Ponta Grossa, RPPN de Ponta Grossa, onde já foi depositado  
681 diretamente na conta de Ponta Grossa, né, na conta da prefeitura de Ponta Grossa, onde  
682 eles estão prestando conta pra gente que estão, que eles cumpriram aquela destinação de

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

683 recurso. Então, a gente acredita que só esses três milhões que faltam pra gente mexer.  
684 Dessa forma, para apoio, ali fala, apoio aos proprietários de RPPN para elaboração de  
685 plano de manejo e ações de proteção. Então, o que a gente previu? Que segundo a ordem  
686 de prioridade nossa estabelecida também pela lei federal, a gente priorizaria a elaboração  
687 de planos de manejo. Então, a gente entende que fazer plano de manejo seria mais, vamos  
688 dizer assim, prioritário do que fazer o apoio aos proprietários de RPPN, né. Então, a gente  
689 fez ali, colocou ali os nomes dos planos de manejo que é o Guartelá - o Guartelá e o Santa  
690 Clara estão em amarelinho porque não serão pagos com esse recurso, porque o Guartelá  
691 só tem aquela medida compensatória e o Santa Clara já tem a outra. Então, seria para o  
692 Parque Estadual do Cerrado - revisão, Monge - revisão, Apa da Escarpa Devoniana -  
693 revisão, Apa de Guaratuba - revisão, Parque Estadual Boguaçu - novo, Apa da Serra da  
694 Esperança - revisão, Parque Estadual Serra da Esperança - novo, e o Parque Estadual Ilha  
695 das Cobras - novo. Então, esses três milhões nós destinaríamos para fazer a revisão e os  
696 novos planos, esses novos planos de manejo. Ali termo, né, no termo de compromisso  
697 fala: o plano de aplicação do anexo II, define a unidade de conservação municipal de  
698 Ponta Grossa, administrada pelo Município de Ponta Grossa, como beneficiária dos  
699 recursos. Não é o plano de aplicação todo de Ponta Grossa, é um item só, mas acredito  
700 que ficou um pouco mal redigido ali. Qualquer alteração no plano de aplicação caberá ao  
701 IAP, né, e deverá ser proposta pelo DUC, devidamente aprovado pela Câmara de  
702 Compensação Ambiental. Então, é a única coisa que fala sobre a questão da alteração.  
703 Agora é o último, gente. A Elejor ali, a Elejor é Santa Clara na realidade, é destinado  
704 inteira para o Parque de Santa Clara, que prevê a elaboração de um plano de manejo, né,  
705 a compra de um veículo, a compra de sistema de radiocomunicação, ampliação territorial  
706 da unidade e obras e reformas pra estruturação de um centro educação ambiental. Não sei  
707 se todos aqui conhecem Santa Clara, porém ela é um sério problema. O plano de manejo  
708 dela a gente vai manter, conforme slide anterior; a ampliação territorial da unidade a gente  
709 teria que verificar a real necessidade, pois ali é uma área alagada no entorno de barragens.  
710 Então, ... (interrupção da fala). A Sra. Letícia Salomão:- E o proprietário nem foi  
711 indenizado. A Sra. Polyana Silva Pereira:- A gente nem vê um ganho ambiental na  
712 realidade desse parque. O parque foi criado, mas, enfim, a gente teria que justificar essa  
713 parte da ampliação territorial. E, no que se refere a reformas, construções de um centro

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

714 de educação ambiental, a gente não vê necessidade de construir nada, porque lá alaga,  
715 então as estruturas já estão desmoronando, estão todas já rachadas, né, está tudo  
716 abandonado, muitas obras já foram até “cobridas” pela mata ali, subiu mato e capim ali.  
717 Então, o que nós sugerimos? Que a gente use sim parte desse recurso pra limpeza da área  
718 e análise das estruturas existentes e que os demais recursos sejam para uso geral. Por quê?  
719 A Santa Clara a gente teria que fazer toda uma análise da estrutura, daí a gente teria que  
720 fazer a Predi, ver o que dá pra demolir, o que dá para manter. Dá sim pra gente pegar  
721 os valores e arrumar esses prédios que se mantenham, dá pra gente arrumar. A gente usou  
722 uma parte já desse recurso, era pequeno mas a gente já usou, que foi pra... (mudança de  
723 raciocínio). A casa onde ficava o guarda-parque ela tava toda rachada e tava até uma fita  
724 lá da prefeitura, que ela impediu que não era para usar, porque tinha risco de  
725 desmoronamento, né. Então, o que nós fizemos? Nós desativamos a casinha, conforme  
726 ordem da vigilância lá, do pessoal, e contratamos um contêiner ali para por ali para o  
727 guarda-parque, pro guarda-parque ficar dentro do contêiner, o vigilante ali, pra que a  
728 gente não tivesse problema de acabar acontecendo algum tipo de acidente. Então, o que  
729 a gente faria, nesse primeiro momento, com o Santa Clara, é o mais complexo, vamos  
730 dizer assim, pra gente analisar, porque teria que a Predi se envolver pra analisar aquelas  
731 estruturas, tem a questão de ser ou não patrimônio histórico, mas não sei até que parte a  
732 gente preserva um patrimônio histórico estando naquelas condições que hoje está, porém,  
733 a limpeza tem que fazer porque está tomado, né, lá pela mata. A Sra. Letícia Salomão:-  
734 Eu acho que é assim, a gente abriria, nesse protocolo que a gente abria, a gente posta  
735 todas as imagens que a gente tem, a gente foi lá faz toda a avaliação da área, do hotel  
736 cassino que foi inundado, então a gente traz o protocolo para vocês também verem a  
737 situação que está aquele local, a possibilidade, como ela foi poluída e na beira da  
738 barragem sempre ter essas enchentes, vai acabar degradando se a gente construir uma  
739 nova estrutura. E a questão principal de um centro de educação, é um lugar muito ermo,  
740 muito distante até das populações que vivem na região. Então, assim, a gente entendeu  
741 que não cabe nenhuma construção de educação ambiental, mas a gente vai trazer todos  
742 os documentos, todas as fotos, tudo pra vocês verem, pra tomar conhecimento como está  
743 essa área. A Sra. Polyana Silva Pereira:- Porque ali é muito fora de mão. Ali ficou bem  
744 complicada, na realidade, aquela unidade, porém, o que a gente acha que dá pra fazer nela





## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

745 é pelo menos deixar ela apresentável, vamos dizer assim, não tão abandonada igual ela  
746 tá, é fazer toda essa parte de limpeza e avaliar as estruturas existentes. O que der pra  
747 reformar, pra ficar utilizável, ou seja, pra um acampamento, não sei, né, a gente pode  
748 estudar isso, a gente pode fazer, só que é muito recurso pra uma coisa que a gente sabe  
749 que não vai dar porque é uma área alagada. A não ser que a gente sugerisse alguma forma  
750 ambiental de não ter alagamento mais. A Sra. Letícia Salomão:- Ou mudar ali onde está  
751 o hotel cassino. Outra questão que a gente tem que ver, é fazer o plano de manejo, pra ele  
752 fazer esse levantamento da fauna e flora, pra ver o que ali a gente deve conservar, ou fazer  
753 uma estação ecológica, ou mesmo um parque, porque a atração da unidade era o hotel  
754 cassino, né. Claro, pelo tanto de gente que teve, teve que demolir, tanto que acabou com  
755 o hotel e ali também tinha a questão de fontes termais, tanto que tem um bebedouro de  
756 água de nascente. Mas isso acho que a gente... (não conclui a frase). Por isso que o foco  
757 nosso é o plano de manejo até pra gente saber a realidade dessa unidade em relação à  
758 fauna à flora, pra ver qual será o objetivo dela. Porque o objetivo de educação ambiental  
759 a gente não dá para vislumbrar isso não. A Sra. Polyana Silva Pereira:- Bom, pessoal,  
760 num primeiro momento, são essas. Aqui eu coloquei já a reunião, a primeira, né, tinha  
761 sido, né, no dia 28 de setembro de 2020, que a gente apresentou a Ata; a segunda reunião  
762 foi essa de hoje que a gente ia apresentar os novos termos, mas aí ia ficar uma reunião  
763 muito comprida, então vamos resolver um problema de cada vez; e a nossa terceira  
764 reunião que ia propor pra vocês para o dia 14 de outubro com a pauta de uma apresentação  
765 daí de como estão os andamentos dos protocolos que nós vamos reabrir, e daí vou tratar  
766 dos nossos termos de compromisso. Obrigada. Acabou. Alguém tem alguma dúvida,  
767 alguma consideração pra fazer? Alguma coisa assim? A Sra. Ana Paula Liberato:-  
768 Polyana. A Sra. Polyana Silva Pereira:- Pode falar. A Sra. Ana Paula Liberato:- Quero  
769 falar dois outros assuntos depois aí, mas é um pouco, não é totalmente conectado com o  
770 que vocês apresentaram, se você permitir depois. A Sra. Polyana Silva Pereira:- Não,  
771 claro doutora. A Sra. Letícia Salomão:- A Schirle só vai fazer uma colocação da  
772 apresentação. A Sra. Schirle Margaret dos Reis Branco:- Só uma observação que,  
773 inclusive no slide de apresentação, que é a indicativa que o Regimento Interno foi  
774 aprovado em 09 de novembro. De verdade, o Regimento Interno foi aprovado na reunião  
775 do dia 30, da reunião do dia 30 de outubro de 2020. E a Polyana tem razão porque no site,

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

776 a gente até pediu pra corrigir, no site está a data do dia 09 de novembro. O que nós  
777 acreditamos? Que os colegas que colocaram no site a informação do Regimento foi no  
778 dia 09, mas, de verdade, todos apreciaram, no dia 30 de outubro e aprovaram essa  
779 sugestão da Dra. Ana Paula e todas as demais cláusulas. Então, Polyana, o Regimento  
780 Interno está aprovado no dia 30 de outubro de 2020. É uma pequena correção nos slides  
781 para que todos tenham essa data como a firmeza do nosso Regimento Interno aprovado  
782 naquela oportunidade. Muito obrigada. A Sra. Polyana Silva Pereira:- Vou pedir para  
783 arrumar ali no site. A Sra. Schirle Margaret dos Reis Branco. Isso mesmo. A Sra. Polyana  
784 Silva Pereira:- Vou anotar aqui então. A Sra. Letícia Salomão:- Alguém mais tem alguma  
785 colocação em relação à reunião de hoje? A Sra. Polyana Silva Pereira:- Pessoal, tentei  
786 fazer de uma forma um pouco mais didática pra que vocês pudessem entender, né, assim,  
787 os planos, os termos de compromisso dessas compensatórias antigas, as pastas que a gente  
788 fala, elas não contém muitas informações. Então, ficou um pouco, ficou na realidade, por  
789 isso a gente demorou tanto tempo pra se organizar, da gente saber o que que tinha  
790 comprado, até o momento que eu conversei com o Tribunal de Contas, eles falaram:  
791 “Polyana, deixa, esqueça isso, pare de tentar entender esses extratos e na hora que eu  
792 questionar vocês se foi pago ou não, você fala pra questionar a gestão passada.” Porque  
793 não tem como eu localizar nada, infelizmente não ficou uma documentação pra que eu  
794 pudesse falar “não, compramos o celular, compramos o carro”. Né. Os veículos, aqueles  
795 veículos que eu falei que a gente compra, que a gente fez a compra é porque tem a notinha  
796 fiscal dentro da, dentro da pastinha, então eu sei que realmente foi comprado, porém as  
797 outras coisas não têm. Porém, tem saída de dinheiro nos extratos, mas não consigo  
798 identificar o que é que foi pago. Então, a gente decidiu por melhor fazer esse termo  
799 substitutivo, certinho, abrir os protocolos e encerrar esse passivo. A Sra. Letícia  
800 Salomão:- Ana, pode fazer os seus apontamentos que você queria fazer. A Sra. Ana Paula  
801 Liberato:- Tá, um é bem rápido, é só um pedido de atenção, que nós temos passado muitos  
802 problemas no instituto como um todo, tá. E aí, aqui na Compensação Ambiental,  
803 considerado o dado, o caráter, do uso do recurso, da destinação do recurso, do excesso de  
804 fiscalização que existe sobre esse recurso, uma atenção especial, tá. A gente sabe que os  
805 residentes são importantíssimos, que eles fazem, os bolsistas, um trabalho muito  
806 importante pro instituto, sem eles o instituto dificilmente funcionaria, mas nós temos

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

807 sofrido algumas cobranças, assim, excessivas. Inclusive na semana passada veio uma  
808 nova recomendação do Ministério Público, cobrança de enes documentos, tá, é tomar  
809 cuidado de que todos os atos que tenham natureza conclusiva, que saiam do departamento  
810 ou que tramitem pela Câmara, não sejam assinados por residentes. O Parágrafo XI, do  
811 Artigo 1º, da Lei 20.086, é muito claro. Ela diz que residente não pode, nem em conjunto  
812 com servidor efetivo, validar documentos de natureza conclusiva, eles só podem fazer  
813 relatórios e prestarem informações de apoio. Então, eu peço uma especial atenção. A  
814 gente teve um episódio bem complicado na semana passada, não de vocês, estou falando  
815 do gênero assim, mas como a Poly apresentou no começo a equipe, aí nós temos ali, na  
816 composição da equipe, às vezes no dia a dia eles tão ali à frente fazendo, assina todo  
817 mundo junto. Tem que tomar esse cuidado, ah era de natureza conclusiva ou não e depois  
818 chegar lá na frente ter esses questionamentos invalidados, como a gente sofreu já em  
819 outras oportunidades, na semana passada foi uma situação bem complicada. Então, só  
820 pedir atenção e cuidado com isso. É categórico na lei, não tem muito o que fazer. E a  
821 segunda questão que eu trago aqui, na verdade como porta-voz do Everton aqui nesse  
822 momento, o Everton foi pro Palácio numa discussão muito importante da Orla, mas ele  
823 me pediu pra trazer aqui também uma discussão que a gente já tem tido há um tempo, o  
824 Rafael até conversou com ele hoje também a respeito. Aquela situação de que a execução  
825 das medidas compensatórias serão efetivamente feitas pelo instituto ou se elas serão feitas  
826 por um fundo privado. A nossa lei de instituição do IAT, lá a 20.070, ela quando foi  
827 estabelecida, ela fez uma previsão bem específica, lá no Art. 16, em que ela estabelece  
828 que o instituto estaria autorizado a selecionar e contratar uma instituição financeira oficial  
829 do Estado, dispensada de licitação, pra criar, administrar o fundo a ser internalizado. A  
830 lei foi alterada no ano passado, inclusive fazendo a previsão de que esses recursos podem  
831 inclusive ser executados por esse fundo privado, à semelhança do que no âmbito do  
832 ICMBio, a Lei 11.516 já outrora estabelecia, tá. E aí o Everton está muito preocupado e  
833 pediu pra trazer isso e, de repente, a gente discutir no âmbito da Câmara e ver qual seria  
834 a melhor posição ou a melhor, a mais favorável pro instituto, considerando que existem  
835 bônus e ônus dos dois lados, né. Se a gente for pensar a instituição de um fundo privado  
836 pode, a longo prazo, agilizar o processo, mas até chegar lá existe um processo pra ser  
837 percorrido, que é a escolha, a seleção, a instrumentalização, a legalização e quanto tempo

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

838 isso vai demorar. Essa é uma primeira situação. Então, o bônus poderia ser que, daqui  
839 dois ou três anos, a gestão por um fundo privado fosse muito mais prática do que a própria  
840 execução e gestão pelo próprio IAT, tá. Mas existe um tempo pra se chegar até lá. E a  
841 segunda questão é, seria efetivamente abandonar essa ideia da gestão e o IAT continuar  
842 sendo o fiscal, o gestor e o executor na medida em que a lei não é taxativa, né. Nem o  
843 Art. 36 do SNUC, nem a lei do ICMBio, nem a nossa lei diz que é obrigatória, ela diz  
844 “está autorizado!”, é uma faculdade e aqui pode, dentro da gestão desses recursos, optar  
845 em algum determinado momento, o que não quer dizer que se de repente essa decisão  
846 nesse momento for pela não adoção do fundo privado, não quer dizer que futuramente  
847 não possa ser. Ela está autorizando, isso não tem um momento específico pra acontecer.  
848 E aí a ideia do Everton é exatamente que não fosse instituído esse fundo privado nesse  
849 momento, justamente porque nós estamos na iminência da destinação de um complexo  
850 muito significativo de recursos, que se tem uma certa necessidade e urgência da  
851 implementação, tanto desses que a Polyana nos apresenta agora, que são do passado,  
852 como novos que já estão entrando e teriam plena eficácia de serem implementados e que  
853 nós precisaríamos ter um posicionamento da Câmara, tá. Se a Câmara é mais favorável a  
854 essa instituição privada administrando ou se essa administração, gestão e execução,  
855 continuaria no formato atual por ora pelo IAT, nada obstando, que talvez uma tratativa  
856 com fundo privado começasse a ser estabelecida, mas pensando a longo prazo e não a  
857 curto prazo. Então, acho que a gente precisava pensar e discutir um pouquinho a respeito.  
858 A Sra. Polyana Silva Pereira:- Bom, doutora, a gente tinha até marcado uma reunião sobre  
859 esse assunto desta questão do fundo, porque nós entendemos o seguinte: primeiro, o fundo  
860 funciona maravilhosamente bem para o ICMBio que não tem as demandas diárias que  
861 nós temos. Então, vamos dizer assim, eles não arrumam cerca, eles não fazem esse tipo  
862 de coisa que a gente precisa de forma imediata. Os planos deles são mais de cunho  
863 ambiental. Então, é mais fácil, vamos dizer assim, pra eles a questão do fundo. Eu acredito  
864 que mais pra frente esse fundo seria, poderia até ser viável, né. A gente já discutiu, eu, a  
865 Letícia e o Rafael, sobre isso. A questão do fundo pode andar com, tipo, a gente pode  
866 continuar fazendo da forma que nós estamos fazendo e tentando trazer esse fundo que vai  
867 parecer só depois de uns três anos. Então, considerando tudo que a gente tava vendo o  
868 que o ICMBio passou, tudo o que eles tiveram que trabalhar pra ter esse fundo, a gente



## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

869 acredita que nesse primeiro momento não seja viável o fundo, né. Hoje a gente, vamos  
870 dizer assim, colocou a casa das compensatórias em ordem. Então, a gente consegue ter o  
871 controle do que está sendo comprado, o que entra no extrato das contas, o que antes não  
872 tinha. Hoje, nós temos essa questão de controle. Então, acredito eu, nesse primeiro  
873 momento, a 'Lê' e 'Rafa', eu falo por eles porque a gente já conversou sobre isso, que o  
874 fundo nesse primeiro momento não seria viável, tá. Até mesmo a gente discutiu sobre  
875 essa questão da obrigatoriedade do fundo. Não é obrigado a ter o fundo, tanto que os  
876 demais estados que a gente acabou verificando, eles não possuem, né, o fundo também  
877 porque demanda tempo, tempo para eles fazerem o fundo, né, criarem, o Estado do Mato  
878 Grosso e Santa Catarina estão começando agora uma tratativa de, verificando a  
879 possibilidade de se criar. Então, acredito sim que, a longo prazo, a gente pode ir  
880 trabalhando e vendo como trata desse fundo, porém, não deixar de receber esses recursos  
881 de forma indireta, porque é algo que é questionamento também do Tribunal de Contas,  
882 por que não tá entrando dinheiro na conta? Eles questionam tanto esses trinta milhões que  
883 nós não gastamos tanto como o "cadê o dinheiro"? Né. Por que nós temos cento e setenta  
884 processos parados aguardando pagamento? Então, é uma das coisas que nós fomos  
885 questionados, que eu mostrei pra vocês, pelo Tribunal de Contas. Então, acredito que  
886 nesse primeiro não seria viável o fundo pra abandonar a indireta. Eu acredito que tenha  
887 que caminhar os dois juntos, sabe, e na hora que sair o fundo a gente migra, né, se for o  
888 caso, pra essa... (interrupção da fala). A Sra. Letícia Salomão:- O que a gente analisou,  
889 até falando pra todos os membros, é o seguinte: o ICMBio existe uma gestão direta da  
890 unidade de conservação. Então, o que que acontece? A probabilidade de conservação, o  
891 chefe da unidade ele faz toda a questão financeira da unidade, a questão de planejamento  
892 e, na nossa realidade, a gente tem um corpo técnico em relação ao número de pessoas e  
893 também a questão de, posso dizer assim, de aproveitamento desses profissionais, né. Na  
894 nossa realidade a gente tem setenta e uma unidades de conservação e tem dezenove  
895 gestores e nem todos têm capacidade intelectual e técnica pra fazer esse gerenciamento.  
896 Então, é, isso acaba refletindo não só nessa questão da execução do dia a dia da unidade  
897 como também, por exemplo, na questão do licenciamento. Pelo ICMBio o próprio chefe  
898 da unidade ele pina se aquele empreendimento pode ou não estar na unidade, em relação  
899 ao plano de manejo, e aqui não. Até porque a gente tinha muita confusão nos processos

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

900 anteriores que a gente verificou, como a gente faz? Vem tudo para nós. Existe análise  
901 técnica em relação à localização dos empreendimentos nas unidades de conservação e a  
902 gente acaba sendo da Diretoria do Patrimônio Natural. Então, o que a gente percebe em  
903 relação ao fundo? É, o fundo ele, uma coisa que eu observo muito boa no ICMBio, porque  
904 lá o recurso da unidade de conservação ele é muito mais que o valor da medida  
905 compensatória, diferente da nossa. E é uma dificuldade conseguir recursos pra a unidade  
906 de conservação, acaba ficando 99% em relação às medidas compensatórias, muitas vezes  
907 a gente faz compra pequena, como a Poly falou, claro que a gente tenta sempre estar  
908 melhorando, até o Fadel é testemunha disso, a relação com o administrativo financeiro de  
909 não fazer compra picada como era antes e sim fazer o planejamento anual das unidades,  
910 que os equipamentos ou as reformas sejam programadas pro ano seguinte pra caber nas  
911 licitações, mas a gente precisa muito desse recurso mais livre. A gestão, por exemplo, a  
912 gestão dos terceirizados com as unidades de conservação e o dia a dia mesmo que a gente  
913 acaba comprando de equipamentos e, às vezes, equipamentos básicos para a manutenção  
914 das unidades. E outra coisa, assim, pelo menos pra mim me assustou muito, foi quando a  
915 gente fez a reunião com o pessoal do ICMBio, eles falaram que demoram mais ou menos  
916 três anos para apresentar a questão do fundo. No nosso caso, se a gente ficar três anos  
917 sem poder, igual a Poly falou, além do questionamento do Ministério Público e do  
918 Tribunal de Contas da gente não estar recebendo esse dinheiro, acaba sendo uma  
919 ingerência das unidades que necessitam desse recurso continuamente. Então,... (não  
920 conclui a frase). E outra coisa, sou a favor da não instituição pelo menos agora do fundo,  
921 é o que acontecia antes? É não tinha controle nenhum dessas contas. Então, as empresas  
922 depositavam os valores em conta, não sabia o que era gasto, o financeiro não tinha  
923 controle, a própria, a DIBAP não tinha controle, e hoje em dia isso é diferente. A gente  
924 sabe, a gente tem controle de tudo o que é solicitado pelos escritórios regionais em relação  
925 às unidades de conservação e a gente tem uma prestação de conta de tudo. Então, por  
926 exemplo, se o Tribunal de Contas hoje vier pedir, a gente tem toda a documentação do  
927 que a gente gastou, desde que a gente entrou no Governo. Então, vejo que essa questão  
928 de preservação do instituto, eu acho que hoje em dia é muito melhor a gente dar  
929 continuidade ao que está sendo feito, até porque nós temos um corpo técnico bem maior  
930 e com mais capacidade de gestão, mas acho que a gente pode deixar isso em *stand-by*.

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

931 Posteriormente, a gente, igual a Poly falou, discutir com as instituições né financeiras  
932 como seria trabalhado isso, mas eu acho que, no presente momento, a gente deveria deixar  
933 isso parado, na minha opinião. A Sra. Polyana Silva Pereira:- A gente... (interrupção da  
934 fala). A Sra. Ana Paula Liberato:- Oi, posso falar, Poly? A Sra. Polyana Silva Pereira:-  
935 Claro! A Sra. Ana Paula Liberato:- Tá. Assim, eu tenho uma ideia assim parecida, acho  
936 que assim o fundo pode, seria bacana, o ICMBio está pedalando ainda, o ICMBio também  
937 tá voando com o fundo privado, já estão no status da instituição, mas se na prática tá  
938 funcionando bem, a gente sabe que não é bem sim. Então, né, isso já, veja que a  
939 regulamentação deles é de 2018, nós estamos aí em 2021 e eles ainda não tão totalmente  
940 assegurados. Mas eu acho que nós temos um complicador, né, que nos coloca numa  
941 situação mais problemática do que o simples tempo para essa espera, tal como o ICMBio  
942 foi capaz de esperar, que nós temos um passivo que tem que ser imediatamente resolvido,  
943 sob pena que nós vamos responder e vai ocorrer condenação por abdicação de receita.  
944 Então, assim, eu sou favorável neste momento de não instituir esse fundo privado, de  
945 pensar ainda no uso da indireta e quando o instituto não for capaz efetivamente de fazer  
946 toda a gestão, execução e controle, que se estabeleça direto pro empreendedor executar,  
947 aquilo que estiver fugindo um pouco, fora da nossa capacidade, pensando aí para as novas.  
948 Como o Altamir colocou “ah, colocar um termo padrão”, talvez para as próximas pensar  
949 em algo, que nós não temos ainda condições técnicas, materiais e funcionais plena de  
950 legar isso, instituir de forma direta pra ser executado pelo próprio empreendedor. Mas eu  
951 acho que a gente precisava firmar o entendimento da Câmara e consignar em Ata nesse  
952 momento, que isso é um ponto importante que a gente precisava para realmente essa  
953 tomada de decisão. Então, por isso trouxe o assunto, colocar em discussão em pauta,  
954 consignar na Ata qual que é a opinião da Câmara e essa decisão obviamente poder ser  
955 criada. E também sou favorável a não se fazer neste momento. O que não quer dizer que  
956 não possa chamar a Caixa Econômica e o Banco do Brasil pra uma conversa, a Caixa  
957 Econômica tem sido a instituição que tem feito pro ICMBio, isso não quer dizer que isso  
958 seja abandonado. Isso pode acontecer até pra se entender melhor como o processo vai  
959 acontecer, mas não que isso acontecesse nesse exato momento. E há justificativa, porque  
960 nós não temos condições de aguardar esse tempo e implementar, considerando o passivo  
961 que tem que ser imediatamente resolvido. Eu acho que esse, que essa é a condicionante

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

962 pra nós mais importante e crucial de todas, tá. Só que tem que ser uma opinião formalizada  
963 que nós precisamos retirar em ata da Câmara. Então, se os demais membros se concordam  
964 com essa posição, o Fadel, o Altamir, a Dani que tá aqui representando o Scroccaro, não  
965 sei qual o entendimento de vocês, mas a gente precisa efetivamente consolidar isso. A  
966 Sra. Letícia Salomão:- Então, pedir pro Altamir e pro Fadel se manifestarem, se  
967 concordam com a gente, por enquanto, não constituir a questão do fundo. O Sr. Altamir  
968 Juliano Hacke:- Oi, é Altamir. Eu concordo sim com esse procedimento, relatar em ata e  
969 tomar as devidas providências. A Sra. Letícia Salomão:- Obrigada, Altamir. Fadel? O Sr.  
970 Fadel:- Alô. A Sra. Polyana Silva Pereira:- Oi, Fadel. O Sr. Fadel:- Oi, tudo certo? A Sra.  
971 Polyana Silva Pereira:- Concorda, Fadel, com a gente? O Sr. Fadel:- Opa, desculpe. A  
972 Sra. Polyana Silva Pereira:- Então, tá bom. O Sr. Fadel:- Tá dando um pouco eco,  
973 entendeu? Oi? Estão me escutando bem? Está pipocando, sabe? A Sra. Ana Paula  
974 Liberato:- Fadel, nós estamos te escutando bem. Você precisa se manifestar favorável à  
975 espera ou não da instituição do fundo privado. O Sr. Fadel:- Tá. Doutora, o seu eu escuto  
976 bem, o delas é que dá eco no salão lá e daí que eu não escuto, entendeu? Mas sou favorável  
977 plenamente. Entendeu? Tá. A Sra. Ana Paula Liberato:- Então, perfeito. Acho que daí  
978 consigna em Ata que a Câmara, por unanimidade, entende que não é o momento adequado  
979 para a instituição do fundo privado e que nós opinamos, então, pela manutenção do  
980 sistema atual hoje adotado pelo IAT, sob a justificativa inclusive da necessidade de  
981 agilidade e andamento de todas as compensatórias do passivo até então estagnado. Isso é  
982 importante pra gente dar andamento, tá. A Sra. Schirle Margaret dos Reis Branco:-  
983 Doutora, e também pronunciando que a Doutora Ana Paula cumpre o Regimento Interno  
984 neste momento, porque o Art. 10 prevê que o membro da Câmara poderá pronunciar-se,  
985 apresentar à apreciação dos demais e, tendo votado encaminhamento, será registrado em  
986 Ata. A Dra. Ana Paula cumpre o papel e os demais também. Então, cumprimos o Art. 10  
987 do Regimento Interno. A Sra. Letícia Salomão:- Então, tá certo. Alguém tem mais alguma  
988 pauta? Alguém quer ser manifestar? Mais alguma coisa? A Sra. Polyana Silva Pereira:-  
989 Então é isso, a gente vai encerrar a reunião, já me comprometo durante essa semana  
990 mandar para vocês os protocolos, né, pra vocês assinarem, a questão das sobras e tudo  
991 mais, mas vou avisando vocês tanto por e-mail quanto por WhatsApp como a gente vai  
992 fazendo esses andamentos. Tá? Qualquer dúvida pode mandar pra mim, pra Letícia ou



## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

993 até mesmo pra Schirle, a gente tá à disposição de vocês. A Sra. Letícia Salomão:- Tá.  
994 Então, como ficou consignado até agora? Então, na próxima reunião a gente vai  
995 apresentar esses protocolos com a manifestação ou não né dos empreendedores, na parte  
996 dessa comunicação, pra gente poder deliberar sobre essas compensatórias antigas. É, vão  
997 ser apresentados os novos termos que já foram calculados, aí a Câmara vai ver em relação  
998 aos valores, aos termos de compromisso e aos termos de execução deles. E, além do mais,  
999 a gente vai fazer essa semana então esse comunicado pra substituição da Câmara desses  
1000 dois membros. Em relação ao Carlos está com dificuldade de vir, a gente vai colocar a  
1001 Dani Prim, tudo bem certinho em portaria, tanto como a Dani Tortato. E em relação ao  
1002 fundo ficou pacificado essa questão que, por enquanto, ele não será utilizado essa questão  
1003 do fundo. A Sra. Ana Paula Liberato:- Letícia, deixe só perguntar uma coisa, que eu acho  
1004 que dá pra gente agilizar ainda. Veja, a Polyana fez a apresentação de todas as propostas  
1005 de repactuação, de desoneração dos recursos pra nova destinação. Eu entendi que na  
1006 ausência de manifestação expressa de não contrariedade, a Câmara está de acordo com  
1007 esta desoneração, com uma, é um encaminhamento apenas da formalização. Então, não  
1008 vejo necessidade de deixar pendência para aceitar ou não pra próxima reunião. Acho que  
1009 daqui já se poderia ser consignado como aceite, apenas com essa pendência da  
1010 formalização para que efetivamente a desoneração se materialize. Não sei se vocês  
1011 concordam, porque aí nós agilizamos o processo e não deixa para o mês que vem pra  
1012 trazer uma posição de aceitação, né. Eu já sairia daqui com a Ata dizendo que tá aprovado.  
1013 A Sra. Polyana Silva Pereira:- Ok. No próximo, na próxima reunião, doutora, o objetivo  
1014 é só apresentar já tudo pronto, vamos dizer assim, inclusive os termos substitutivos.  
1015 Exatamente. A gente fazer esse andamento durante o mês, o chamamento, fazer tudo,  
1016 agilizar o máximo possível, né. A gente já... (interrupção da fala). A Sra. Schirle Margaret  
1017 dos Reis Branco:- Acredito que a gente votou aqui o termo substitutivo, né. A Sra.  
1018 Polyana Silva Pereira:- Votamos. Então, todos concordaram fazer o termo substitutivo...  
1019 (Alguém se manifesta, mas não dá para entender). A Sra. Letícia Salomão:- Isso, então,  
1020 ficou deliberado que essas medidas compensatórias foram desoneradas de acordo com o  
1021 plano que a gente colocou e na próxima reunião, para consolidar, só para ficar uma  
1022 questão formal, vamos montar esse termo substitutivo com anuência ou manifestação ou  
1023 não do empreendedor. Tá certo? A Sra. Schirle Margaret dos Reis Branco:- Coordenadora

## 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

1024 e a todos, uma intervenção interessante, no início desta reunião foi dito que esta reunião  
1025 está sendo gravada, vai ser degravada e, na medida em que chegar a nós aqui que  
1026 compomos essa Secretaria Executiva, com toda a equipe da divisão, da Diretoria, enfim,  
1027 nós repassaremos imediatamente a todos para que possam apreciar acerca de alguma  
1028 observação e na próxima reunião aprovamos e aí pegaremos as assinaturas, como deve  
1029 ser, conforme Regimento Interno. Assim que chegar pra nós, já vamos colocar para todos.  
1030 A Sra. Letícia Salomão:- Então, tá. Então, vou encerrar a reunião aqui. Agradeço a  
1031 presença de todos, a participação, para nós é muito importante essa questão das  
1032 compensatórias, ela acaba sendo uma parte, como eu posso dizer, um fardo pesado e que  
1033 ficou do antigo IAP. E graças aos esforços da equipe, principalmente da Polyana,  
1034 agradeço muito a ela, e a todo mundo, principalmente quem está aqui, o Denner, a Aline,  
1035 o Jonar e a Schirle também, que está acompanhando a gente, essa questão da gente  
1036 finalmente conseguir utilizar esse recurso, que é um recurso tão precioso para a  
1037 conservação das nossas unidades de conservação. Agradeço a todos, uma ótima semana,  
1038 um beijo pra todos. Tchau, gente! Está encerrada a reunião, às 15h50min. Enquanto  
1039 Secretária Executiva, menciono o registro da gravação pela Empresa Fantasia LS  
1040 Sonorização e Degravação, na pessoa jurídica de Laura Ribeiro da Silva MEI, CNPJ  
1041 33.130.369/0001-03, bem como informo que participaram da reunião os integrantes da  
1042 Câmara de Compensação Ambiental: Coordenadora Letícia Salomão - Gerente de Áreas  
1043 Protegidas; Dra. Ana Paula Liberato - Assessoria Técnica Jurídica; Dahir Elias Dadel -  
1044 Diretoria Administrativa Financeira; Altamir Juliano Hacke - Diretoria de Licenciamento  
1045 Outorga; e ouvintes: Danielle Tortato - Diretoria de Saneamento e Recursos Hídricos;  
1046 Dani Prim - Diretoria de Gestão Territorial; Polyana Silva Pereira - Chefe de Divisão de  
1047 Compensação Ambiental e Uso Público; e equipe da Divisão: Jonar Johannes Roth, Aline  
1048 Fonseca, Denner Ribeiro Machado e Schirle Margaret dos Reis Branco, Gerência de  
1049 Áreas Protegidas e Secretária.



ePROTOCOLO



Documento: **2\_RO\_CCA\_14.09.21.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Dahir Elias Fadel Junior** em 11/11/2021 11:33.

Assinatura Avançada realizada por: **Leticia Salomao** em 11/11/2021 10:56, **Ana Paula Liberato** em 12/11/2021 10:13, **Altamir Juliano Hacke** em 12/11/2021 11:07, **Danielle Teixeira Tortato** em 16/11/2021 17:06.

Inserido ao protocolo **17.027.676-0** por: **Schirle Margaret dos Reis Branco** em: 11/11/2021 10:40.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:

**3437ff906cc5b117ca258b38392e3a34.**